

Metodologia de Cálculo da Despesa

A projeção das despesas levou em conta, inicialmente, as despesas obrigatórias: pessoal e respectivos encargos sociais, o serviço da dívida pública e os precatórios, além das despesas contratuais, que são base para o custeio dos serviços públicos disponíveis aos munícipes.

Contudo, também foi considerada a expectativa de possíveis reflexos das novas despesas decorrentes do enfrentamento da pandemia do COVID-19 ocorridas em 2020 e 2021 nos exercícios seguintes.

- A despesa de pessoal, que abrange os ativos, inativos e o déficit previdenciário, é a maior despesa desta municipalidade e sua projeção corresponde, basicamente, à ampliação dos serviços oferecidos, principalmente para a Rede Municipal de Ensino e para as Ações e Serviços de Saúde.
- Os Juros e Encargos e Amortização da Dívida Pública foram estimados conforme às alterações decorrentes da renegociação da dívida do Município com a União Federal, firmada em 26 de fevereiro de 2016, além do impacto do câmbio e juros.
- A despesa com precatórios foi calculada de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Justiça/Procuradoria Geral do Município, considerando as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 99/17, que instituiu novo regime de pagamento de precatórios, tendo fixado termo final para o pagamento do estoque de precatórios e dos novos débitos contraídos pelo Poder Público, o dia 31 de dezembro de 2024.
- Para as outras despesas correntes, a projeção considera a manutenção das atividades, em especial, os contratos de natureza continuada, com a expectativa de aumento da eficiência no uso dos recursos públicos.
- Finalmente, as despesas com investimentos foram projetadas tendo como orientação as informações disponíveis, até o momento da confecção deste documento, com relação ao Programa de Metas para o quadriênio 2021-2024.

Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais de Resultado Nominal e Montante da Dívida Pública

Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000

Os saldos da Dívida Pública foram projetados com base no fechamento do último exercício, 31 de dezembro de 2020, seguindo a periodicidade e as condições de pagamentos fixados contratualmente. A Dívida Interna, parcela mais significativa do saldo devedor da Dívida Pública, foi atualizada pelas estimativas de inflação captadas pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), Taxa Referencial de Juros (TR), Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Taxa de Longo Prazo (TLP), Certificado de Depósito Interbancário (CDI), Taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) e pela variação do Dólar Americano. Em adição à Dívida Interna, a Dívida Externa, com menor participação no saldo devedor da Dívida Pública, sofre influência direta da variação cambial do Dólar Americano e da taxa LIBOR. O maior item do endividamento público, originado do Contrato de Assunção e Refinanciamento com a União, foi projetado com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e Taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Este contrato representa aproximadamente 93% da dívida municipal. Foram ainda consideradas as operações de crédito a contratar, conforme previsão de receita.

Também foram consideradas na estimativa da dívida pública a dívida proveniente de parcelamento de tributos efetuado pela Empresa Estatal Dependente COHAB-SP perante a Receita Federal do Brasil – RFB.

O saldo de Precatórios, após 05 de maio de 2000, foi projetado a partir do saldo apurado em 31 de dezembro de 2020 e respectivas atualizações e juros, bem como dos valores previstos de quitação e de ingressos de novos precatórios em conformidade com o Plano Municipal de Quitação de Precatórios, previsto no Art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal.

Por sua vez, a Meta de Resultado Nominal, definida pela metodologia “acima da linha” (MDF/STN 10ª Edição), representa a soma do Resultado Primário e da diferença entre Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos e Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos. Os Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos, são representados especialmente pelos rendimentos das aplicações financeiras do município. Já os Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos, são decorrentes especialmente dos encargos da dívida pública contratual e da atualização dos valores dos precatórios.

DEMONSTRATIVO 2 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

(Art. 4º, § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000).

No quadro a seguir (AMF – Demonstrativo 2) comparamos as metas fiscais de resultado nominal e primário, do exercício de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2022

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2020 (a)	% RCL ¹	Metas Realizadas em 2020 (b)	% RCL ²	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	62.480.031.493	109,24	66.661.210.628	113,28	4.181.179.135	6,69
Receitas Primárias (I)	57.593.648.781	100,70	62.677.473.129	106,51	5.083.824.348	8,83
Despesa Total ³	68.989.440.667	120,62	64.915.337.414	110,32	(4.074.103.253)	(5,91)
Despesas Primárias (II) ⁴	64.320.005.834	112,46	57.041.418.104	96,94	(7.278.587.730)	(11,32)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(6.726.357.053)	(11,76)	5.636.055.025	9,58	12.362.412.078	(183,79)
Resultado Nominal ⁵	(9.896.168.390)	(17,30)	4.319.636.800	7,34	14.215.805.190	(143,65)
Dívida Pública Consolidada	47.807.533.324	83,59	43.778.111.471	74,40	(4.029.421.853)	(8,43)
Dívida Consolidada Líquida	42.858.547.490	74,93	25.733.148.062	43,73	(17.125.399.428)	(39,96)

FONTE: Secretaria Municipal da Fazenda

Nota:
1 - Receita Corrente Líquida estimada em R\$ 62.801.054.310,00
2 - Receita Corrente Líquida realizada de R\$ 58.766.435.671,44
3 - Despesa Total Empenhada
4 - Despesa Primária Paga, inclusive restos a pagar de exercícios anteriores (processados e não processados)
5 - Resultado Nominal apurado pela metodologia "acima da linha", conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 11ª Edição - MDF/STN

Cabe, primeiramente, destacar que, por meio do Decreto Legislativo nº 2.494, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo reconheceu a ocorrência de calamidade pública de forma que o atingimento das metas fiscais estabelecidas para 2020 ficou dispensado, conforme preconizado pelo art. 65, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entretanto, para fins de transparência e considerando as incertezas relacionadas às receitas de despesas o Município apresentou novos valores de referência para as metas de resultados fiscais para o exercício de 2020 (já refletidas no quadro acima), em situação limite, mantida a liquidez necessária ao pagamento das obrigações.

Ocorre que, em função da rápida recuperação das receitas orçamentárias, aliada aos auxílios ofertados pela União na forma de repasses livres e suspensão do pagamento da dívida entre Prefeitura e União, a queda da receita primária não se concretizou na magnitude esperada (o valor da receita estimada na LOA para 2020 era de R\$ 63.494.246.694, enquanto o valor obtido 62.677.473.128,89). De outro lado, as despesas primária (despesas pagas) foram impactadas, para menos, pelo elevado valor inscrito em restos a pagar, bem como pela execução parcial das despesas primárias orçadas.

Estes dois fatores contribuíram para um resultado positivo expressivo dos resultados primário e nominal, conforme se verifica no demonstrativo anterior.

Avaliação do Cumprimento de Metas

O ano de 2020 apresentou queda do Produto Interno Bruto (PIB) de -4,1%, evidenciando os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a atividade econômica. A inflação anual observada em 2020 foi de 4,52%, acima do centro da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central do Brasil (4,00%) e dentro do intervalo de tolerância estabelecido.

A tabela abaixo apresenta os valores e a variação das receitas do município entre 2019 e 2020. Deve-se considerar que variações nominais acima de 4,52% indicam ganhos reais, e variações inferiores, perda real.

Receitas Consolidadas	Janeiro a Dezembro		Variação Nominal
	2019	2020	
RECEITAS CORRENTES	56.147	60.975	8,6%
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	33.808	35.352	4,6%
IPTU	10.395	10.770	3,6%
ISS	16.252	17.088	5,1%
ITBI	2.404	2.568	6,8%
Demais Tributos	4.757	4.926	3,6%
Receita de Contribuições	2.455	2.554	4,0%
Receita Patrimonial	1.214	2.485	104,8%
Receita de Serviços	236	201	-14,6%
Receita de Transferências	16.350	18.840	15,2%
FPM	332	320	-3,6%
ICMS	7.722	7.468	-3,3%
IPVA	2.646	2.735	3,4%
Demais	5.649	8.318	47,2%
Outras Receitas Correntes	2.084	1.541	-26,0%
RECEITAS DE CAPITAL	4.004	2.748	-31,4%
Operação de Crédito	291	510	75,3%
Alienação de Bens	30	50	66,1%
Amortização de Empréstimos	23	21	-10,9%
Transferências de Capital	585	750	28,1%
Outras Receitas de Capital	3.074	1.417	-53,9%
Outorga Onerosa	741	557	-24,8%
Operação Urbana	1.588	50	-96,9%
Demais	745	810	8,8%
RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIA	2.566	2.939	14,5%
TOTAL	62.717	66.661	6,3%

RECEITAS CORRENTES

Em 2020, a Receita Corrente aumentou nominalmente 8,6%, totalizando R\$ 60,9 bilhões – valor superior em R\$ 0,8 bilhão em relação à LOA (R\$ 60,1 bilhões). O grupo é composto pelas Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, de Contribuições, Patrimoniais, de Serviços, de Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes.